Autos:	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0006130-11.2015.2.00.0000
Requerente:	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA
Requerido:	MARCELO TESTA BALDOCHI

EMENTA

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. PRELIMINAR. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INOCORRÊNCIA. ABUSO DE PODER. DESRESPEITO AO CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL E À LOMAN. ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NECESSIDADE.

1. Da ausência de violação ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. O enquadramento legal apontado em sede de Reclamação Disciplinar é preliminar, pois somente a partir da apuração detalhada dos fatos propostos em processo disciplinar estará delineado o arcabouço fático-probatório necessário para o enquadramento definitivo, o qual constará do Relatório Final de eventual Processo Administrativo Disciplinar. A exigência legal para a fase instrutória do processo é delimitada à imputação dos fatos e à identificação do teor da acusação.

2. Constata-se, pelos depoimentos colhidos, a presença de elementos indiciários de que o requerido teria agido com abuso de poder ao ter determinado a prisão, supostamente de forma ilegal, de tabelião substituto, por descumprimento de ordem judicial, em desrespeito ao previsto no Código de Ética da Magistratura Nacional e na Loman.

3. Necessidade de instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar.

A EXMA. SRA. MINISTRA-CORREGEDORA NANCY ANDRIGHI:

RELATÓRIO

Cuida-se de Reclamação Disciplinar autuada a partir da decisão deste Conselho, de 19/05/2015, que avocou da CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO os procedimentos administrativos instaurados em face do Juiz de Direito MARCELO TESTA BALDOCHI, do Poder Judiciário do Maranhão, que apuravam possíveis infrações disciplinares praticadas pelo magistrado no exercício de seu cargo e em sua conduta na vida pública e particular (Id 1858740).

Condutas apuradas no Procedimento Administrativo TJ/MA nº 57.463/2014 (Id 1858804, Id 1858807 e Id 1858877): Em 03/12/2014, o Juiz MARCELO TESTA BALDOCHI teria determinado a prisão do Tabelião Substituto do 2º Ofício Extrajudicial da Comarca de Imperatriz/MA, por suposto descumprimento de ordem judicial.

O tabelião substituto, Sr. *Robson Almeida Cordeiro*, que sofreu a referida medida constritiva, ingressou com representação perante a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão em face do Juiz Requerido.

Em depoimento prestado no procedimento instaurado (TJ/MA n.º 57.463/2014-TJ/MA), o tabelião substituto esclareceu as circunstâncias em relação ao suposto descumprimento da ordem judicial.

Elucidou que, inicialmente, a mãe da criança compareceu ao Cartório solicitando a lavratura das escrituras públicas de reconhecimento de paternidade e de registro de filho, as quais foram confeccionadas, na mesma data (11/11/2014), pelo 2º Ofício Extrajudicial.

Ressaltou que a requerente teria sido informada, na oportunidade, da existência de custas para sua emissão. Esclareceu que os valores cobrados referir-se-iam à custa cartorária e aos selos que seriam fixados no documento. No entanto, a requerente, após a realização dos registros, teria deixado de recolher os emolumentos e de retirar as certidões produzidas (Id 1858729).

Ocorre que, ao retornar ao cartório, cerca de duas semanas após a primeira solicitação, a mãe da criança portava Ofício emitido pelo juiz requerido, o qual exigia a expedição dos documentos gratuitamente.

Na oportunidade, o tabelião substituto esclareceu que o fato de os documentos já estarem confeccionados impediria a produção de novos documentos gratuitos e, para o cumprimento da determinação contida no ofício, haveria a necessidade de decisão judicial específica. Nesta nova decisão, informou que deveria constar a determinação do descarte do documento e a ordem de confecção de nova escritura, tendo em vista a necessidade de prestação de contas acerca dos selos que estavam afixados no documento.

Por fim, o tabelião substituto aduziu que, naquele mesmo dia, cerca de vinte minutos após a saída da requerente, foi procurado por Oficial de Justiça que portava despacho manuscrito pelo juiz MARCELO TESTA BALDOCHI (inseto no mesmo Ofício que anteriormente concedera a gratuidade à genitora para a expedição dos documentos), determinando sua condução à delegacia, por descumprimento de ordem judicial, ocasião em que relatou, ainda, a presença de força policial para sua eventual condução coercitiva.

Decisão (Id 1858881): Em 24/08/2015 esta Corregedoria determinou a intimação do reclamado para apresentação de Defesa Prévia, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 70 do RICNJ c/c art. 14 da Res.-CNJ nº 135 e art. 27, § 1º, da LC 35/79 (Loman).

Defesa Prévia (Id 1858945): Regularmente intimado em 23/09/2015, o requerido apresentou peça de defesa, em 08/10/2015, sustentando, preliminarmente, a ausência da indicação de forma objetiva e ordenada acerca do que deu ensejo às investigações e dos dispositivos legais violados. Alegou ainda que o processo careceria de suporte probatório das condutas praticadas e que não haveria conexão entre os tipos indicados, circunstâncias que teriam prejudicado sua defesa. Por fim, aduziu a ausência de relação entre as condutas a ele imputadas, o que tornaria indevida a avocação e reunião de todos os procedimentos pelo CNJ.

No mérito, o requerido suscitou a fragilidade das acusações, sustentando que o Tabelião Substituto do 2º Ofício Extrajudicial da Comarca de Imperatriz/MA teria descumprido flagrantemente “*diversas normas que o obrigam a expedir gratuitamente*” certidões de reconhecimento de paternidade e de nascimento de menor, sem ônus para o solicitante.

Ademais, argumentou que o documento seria prova contumaz da prática da ilegalidade, contestando a informação de que o registro estivesse pronto desde 11/11/2014, conforme alegado pelo Tabelião, pois a ordem judicial teria sido exarada em 03/12/2014.

Por fim, ressalta que o fato não se tratou de ordem de prisão, mas, tão somente, de “*determinação para condução do Tabelião à autoridade*

policial, diante da sua negativa de cumprimento a decisão judicial que determinava a expedição das mencionadas certidões de forma gratuita”.

Decisão da Corregedoria Nacional de Justiça (Id 1855501): Em 11/12/2015, com intuito de sistematizar os processos avocados pelo CNJ e reunidos no PP 116-11.2015.2.00.0000, determinou-se o desmembramento dos Procedimentos TJ/MA n.º 35.848/2013 (RD/CNJ n.º 6127-56.2015), TJ/MA n.º 43.909/2014 (RD/CNJ n.º 6128-41.2015), TJ/MA n.º 56.838/2014 (RD/CNJ n.º 6129-26.2015), TJ/MA n.º 57.463/2014 (RD/CNJ n.º 6130-11.2015) e TJ/MA n.º 58.855/2014 (RD/CNJ n.º 6131-93.2015), para que passassem a tramitar separadamente, oportunizando, ao Juiz Requerido, o aditamento da Defesa Prévia apresentada.

Certidão de Id 1861150: Regularmente intimado da decisão de desmembramento, o Juiz MARCELO TESTA BALDOCHI não apresentou aditamento da Defesa Prévia (Evento 2182148).

É o relatório.

VOTO

Cinge-se a controvérsia em apurar se – diante da supostas práticas de infrações disciplinares praticadas pelo Juiz de Direito MARCELO TESTA BALDOCHI, que teria supostamente agido com abuso de poder ao ter determinado a prisão, de forma aparentemente ilegal, do Tabelião Substituto do 2º Ofício Extrajudicial da Comarca de Imperatriz/MA – é necessária a instauração de procedimento administrativo disciplinar neste Conselho Nacional de Justiça.

1. Preliminarmente. Da ausência de violação ao contraditório e ao devido processo legal.

Aduz o reclamante a violação dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, alegando a inexistência de indicação do suporte probatório das condutas a ele imputadas, bem como da conexão dessas com os tipos disciplinares indicados.

No entanto, conforme se verifica da intimação do reclamado para apresentação de Defesa Prévia (Despacho de Id 1858881 e Aditamento à Id 1855501), suas condutas foram individualizadas, enumerando-se uma a uma, e discriminadas as provas trazidas separadamente em cada um dos procedimentos avocados da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão.

Além disso, o enquadramento legal apontado em sede de Reclamação Disciplinar é preliminar, pois somente a partir da apuração detalhada dos fatos no curso do processo disciplinar é que se delineará o arcabouço fático-probatório necessário para o enquadramento definitivo, o qual constará do Relatório Final de eventual Processo Administrativo Disciplinar.

Ressalte-se que a exigência legal para a fase instrutória do processo é delimitada à imputação dos fatos e à identificação do teor da acusação, não se verificando, portanto, quaisquer vícios no presente procedimento.

2. Do suposto abuso de poder na decretação de prisão ilegal do Tabelião Substituto do 2º Ofício de Imperatriz/MA (Procedimento Administrativo TJ/MA n.º 57.463/2014).

Extrai-se dos documentos deste procedimento que o juiz MARCELO TESTA BALDOCHI, após a negativa do tabelião substituto, *Robson Almeida Cordeiro*, em emitir certidão de registro de paternidade gratuitamente, determinou sua condução coercitiva à Delegacia de Polícia Civil de Imperatriz/MA.

Conforme depoimento prestado pelo tabelião substituto perante a Corregedoria Local (Id 1858729 – págs. 33-35) e escritura pública de Id 1858729 (pág. 32), os genitores teriam comparecido ao cartório no dia 11/11/2014 e solicitado o registro de reconhecimento de paternidade, tendo inclusive assinado o documento. Após a cobrança de emolumentos, os genitores teriam deixado o local informando que voltariam posteriormente para realizar o pagamento e retirar a certidão (Id 1858950, pág. 2).

O Juiz Titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, responsável pelos registros públicos, Juiz MARCELO BALDOCHI, após ser procurado pela genitora, encaminhou Ofício ao Tabelião do 2º Ofício Extrajudicial de Imperatriz, remetendo inclusive decisão proferida pelo CNJ, determinando a emissão da certidão de reconhecimento de paternidade com o benefício da gratuidade.

Diante da recusa – informada pela genitora – de emissão de nova certidão pelo tabelião substituto, o Juiz Requerido, em decisão de próprio

punho, datada de 3/12/2014, determinou que “*Diante da recusa do substituto de Oficial Sr. Robson de cumprir a ordem, conduza-lhe a DEPOL, por incidir crime sua conduta. No mais, lavre-se de imediato o ato*”.

Conforme documentos trazidos pelo Sr. *Robson Cordeiro* (Id 1858950, pág. 5), o Delegado da Polícia Civil, *José Fabiano Gomes Bispo*, após condução do Tabelião, encaminhou Ofício, datado de 3/12/2014, ao Juiz Requerido, informando que não havia provas suficientes para instruir o procedimento pertinente, *in verbis*:

Senhor Juiz,

Nesta data fora apresentado nesta Delegacia, conduzida por Oficial de Justiça, o senhor Robson Almeida Cordeiro, Tabelião Substituto do 2º Ofício Extrajudicial desta Comarca. Tal condução ocorreu por determinação de Vossa Excelência sob a imputação do conduzido ter cometido crime de desobediência.

Contudo, o aludido Oficial não apresentou nesta Delegacia provas testemunhais ou de outra maneira para instruir o procedimento cabível.

Portanto, com a devida vênia, e como trata-se de hipótese de que o réu livra-se solto, independente de pagamento de fiança, tal procedimento pode ser feito em momento ulterior, quando esta Delegacia tiver maiores elementos que comprovem a prática criminosa por parte do conduzido.

Irresignado com a arbitrariedade do Juiz Requerido, o tabelião substituto, em 05/12/2014, ofereceu representação perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, aduzindo a ausência de processo legal, em violação ao previsto nos incisos LIV e LXI do art. 5º da CF/88, e a absoluta incompetência do Requerido em determinar sua prisão, ainda que houvesse, em tese, crime de desobediência, por não se encontrar investido de funções criminais, colacionando jurisprudência dos Tribunais nesse sentido (Id 1858729, págs. 27-28).

3. Da necessidade de abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar (abuso de poder em prisão supostamente ilegal do Tabelião – Procedimento Administrativo TJ/MA n.º 57.463/2014).

Em que pesem os argumentos expostos pelo reclamado aduzindo que teria se fundamentado – ao determinar a expedição de certidão gratuitamente –

, no art. 6º do Provimento n.º 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como nos artigos 456 e seguintes do Código de Normas da Corregedoria do TJ/MA, não há circunstâncias que afastem o suposto abuso de poder praticado pelo juiz ao determinar medida constritiva de liberdade em face do Tabelião Substituto do 2º Ofício de Imperatriz/MA.

No mesmo sentido, a alegação do reclamado de que não se tratava de crime de desobediência, mas mera determinação para condução do tabelião à autoridade policial, não encontra respaldo legal.

A ordem de prisão por descumprimento de ordem judicial é medida de caráter excepcional e que deve ter suporte fático-probatório mínimo, além de fundamento normativo, situações que não foram verificadas no presente procedimento.

Ademais, o fato de o Oficial sequer ter apresentado provas do suposto crime de desobediência perante o delegado de polícia, corrobora os indícios do uso arbitrário das razões pelo Requerido.

4. Conclusão

Estar-se-á, portanto, diante da existência de elementos indiciários suficientes que apontam a possível prática de infrações disciplinares pelo Juiz MARCELO TESTA BALDOCHI, decorrente da afronta, em tese, aos artigos 1º, 2º, 16 e 37 do Código de Ética da Magistratura Nacional e ao inciso VIII do art. 35 da Loman.

Forte nessas razões, na medida em que se mostra imprescindível à investigação aprofundada dos fatos aqui narrados, voto pela INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do Juiz MARCELO TESTA BALDOCHI, em decorrência do suposto abuso de poder na decretação da prisão, de forma aparentemente ilegal, do Tabelião Substituto do 2º Ofício de Imperatriz/MA.

É como voto.